

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022.
(Do Sr. Rubens Pereira Junior)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para dispor sobre o dever de cooperação entre as partes do processo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para dispor sobre o dever de cooperação entre as partes do processo.

Art. 2º - O artigo 6º da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si, atuando com ética e lealdade para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, agindo de modo a evitar a ocorrência de vícios e cumprindo com deveres mútuos de esclarecimento e transparência.” (NR).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Atualmente estabelecido no artigo 6º do vigente Código de Processo Civil, o princípio da cooperação foi importado do direito europeu, segundo o qual a atividade processual é produto de cooperação triangular (magistrado e partes). Isto posto, exige-se um juiz ativo que conduza a controvérsia e às partes cabe participação ativa com vistas à resolução do litígio.

Neste sentido, este princípio nasce voltado para o juiz da causa, de modo a orientar sua atuação como agente colaborador do processo, inclusive como participante ativo do contraditório, não se limitando a mero fiscal de regras. Entretanto, todos aqueles que atuam no processo, desde as partes, juiz, oficial de justiça, advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, devem colaborar para que a prestação jurisdicional seja prestada de forma efetiva, célere e adequada.

É nesta perspectiva pela qual entendemos que a redação do atual artigo 6º do CPC deve ser melhorada, para que seja dada aos participantes dos litígios processuais uma noção mais exata do que seja a cooperação ali estabelecida, bem como os objetivos por ela buscada.

A norma em comento já fora debatida no VIII Fórum Permanente de Processualistas Cíveis e, como produto de debate, erigiu o enunciado 373, dispondo que “as partes devem cooperar entre si; devem atuar com ética e lealdade, agindo de modo a evitar a ocorrência de vícios que extingam o processo sem resolução do mérito e cumprindo com deveres mútuos de esclarecimento e transparência”.

Neste ínterim, esta proposição legislativa visa adequar a redação do artigo 6º do CPC ao enunciado em comento, entendendo que isto aprimora a redação legislativa.

Assim, por entendermos ser a presente proposição deveras relevante e significativa é que submetemos a mesma a íncrita apreciação de Vossas Excelências e pugnamos por seu reconhecimento e consequente aprovação.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2022.



RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Deputado Federal – PT/MA

Apresentação: 29/06/2022 14:34 - Mesa

PL n.1813/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223405363100>

